



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

PREGÃO ELETRÔNICO 23/2015	
PROCESSO – PROPOSIÇÃO/TRT/SEAA –Nº 52/2015 – e.PAD 24.445/2015	
Regido pela Lei Complementar 123/06 (Capítulo V – Acesso aos mercados de aquisições públicas para as microempresas e empresas de pequeno porte), pelas Leis nº 10.520/02 (institui normas gerais para modalidade pregão), nº 12.846/13 (dispõe responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública) e pelos Decretos nº 5.450/05 (que regulamenta o pregão, na forma eletrônica), nº 7.892/13 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços), nº 6.204/07 (que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte) e subsidiariamente pelas Leis nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), nº 8.666/93 (institui normas gerais sobre licitações e contratos administrativos), nº 9.784/99 (que regula o processo administrativo) e alterações, no Acordo de Cooperação Técnica nº 04CN001 para utilização de sistema informatizado de licitações, firmado com o Banco do Brasil S/A.	
Este Pregão Eletrônico será realizado na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br , mediante a utilização de recursos de criptografia e autenticação que asseguram condições de segurança em todas as suas fases, e será conduzido pelo Pregoeiro, que terá como atribuições aquelas enumeradas no art. 11, do Decreto nº 5.450/2005. Todas as referências de tempo observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBJETO:	Registro de Preços para fornecimento de pilhas, baterias e afins, nos termos deste edital e seus anexos.
TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO - ADJUDICAÇÃO PELO VALOR TOTAL DO LOTE - <u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (SOMENTE PARA OS LOTES 01 E 03)</u>
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU RETIRADA DA PROPOSTA E ABERTURA DAS PROPOSTAS NO MEIO ELETRÔNICO.	
04 DE DEZEMBRO DE 2015 – 13 HORAS	
DATA E HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE LANCES	
04 DE DEZEMBRO DE 2015 – 13:30 HORAS	
OBTENÇÃO DO EDITAL	
Internet	EDITAL, NA ÍNTEGRA, DISPONIBILIZADO NO SITE: www.trt3.jus.br (consultas/licitações) e/ou www.licitacoes-e.com.br .
ESTE INSTRUMENTO CONTÉM:	
Edital, os anexos I a III.	

O Pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: licitacao@trt3.jus.br, conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

ÍNDICE:

- ITEM 01 – OBJETO
- ITEM 02 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- ITEM 03 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- ITEM 04 – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “licitacoes-e”
- ITEM 05 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
- ITEM 06 – ABERTURA DA SESSÃO
- ITEM 07 – HABILITAÇÃO
- ITEM 08 – ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
- ITEM 09 – JULGAMENTO DA PROPOSTA
- ITEM 10 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- ITEM 11 – PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO
- ITEM 12 – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- ITEM 13 – SOLICITAÇÃO E PRAZO DE ENTREGA DOS BENS
- ITEM 14 – RECEBIMENTO DOS BENS
- ITEM 15 - PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA
- ITEM 16 – FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO
- ITEM 17 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
- ITEM 18 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- ITEM 19 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.
- ITEM 20 – PAGAMENTO
- ITEM 21 – SANÇÕES
- ITEM 22 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
- ITEM 23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

- ANEXO I – DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR (inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666/93)
- ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS BENS, PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E QUANTIDADES A SEREM REGISTRADAS.
- ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

1 – OBJETO

1.1 - Registro de Preços para fornecimento de pilhas, baterias e afins, nos termos deste edital e seus anexos.

2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa resultante desta licitação correrá à conta de dotações orçamentárias mediante verba: Classificação - PTRES 084963 - Comunicação e Divulgação Institucional no Estado de Minas Gerais; Plano Orçamentário - 0001; Natureza da Despesa - 339030.26 - Material de Consumo.

3 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação. Com relação ao Lote 1 deste pregão a disputa **destina-se exclusivamente à participação de microempresas e de empresas de pequeno porte**, em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14.12.2006, c/c o Decreto 6.204, de 05.09.2007.

3.2 - Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. **A declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação **sujeitará o licitante às sanções** previstas no art. 28 do Decreto 5.450/05 e na legislação pertinente.

3.3 – A simples digitação da proposta é a indicação, por parte do proponente, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei n.º 8.666/93, aplicada subsidiariamente.

3.4 – Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

3.4.1 - Em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

3.4.2 - Que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.3 - Que estejam impedidos de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

3.4.4 - Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.4.5 - Entidades estrangeiras que não funcionem no País;

3.4.6 - Que possuam, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em



JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF);

3.4.7 - Que possuam em seu quadro societário servidores ou dirigentes deste Tribunal, conforme norma inserida no art. 9º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93;

3.4.8 - Que possuam registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no sítio www.portaltransparencia.gov.br e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no portal do CNJ;

3.4.9 - Qualificados como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição – TCU, Acórdão 746/2014, Plenário;

3.4.10 - Que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da Lei Complementar nº 123/06, **em relação ao Lote 1.**

4 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO "licitacoes-e"

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, **que são intransferíveis.**

4.2 - O interessado deverá acessar o site <http://www.licitacoes-e.com.br>, clicar na opção "Solicitação de Credenciamento no licitações" e proceder conforme as instruções disponibilizadas.

4.3 – O credenciamento da empresa e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4 – As dúvidas dos interessados, quanto ao credenciamento, deverão ser sanadas através do telefone 3003-0500 para os municípios localizados nas capitais e regiões metropolitanas e, para as demais localidades, o serviço será prestado por meio do número 0800-7290500.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio "licitações-e". Os valores deverão estar expressos em reais e com duas casas decimais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.1.1 – No campo "informações adicionais", ou em forma de anexo, **poderá** ser incluída a marca e o modelo, do produto cotado, assim como a indicação do endereço eletrônico onde as especificações do produto possam ser verificadas;

5.1.2 - **A proposta deverá corresponder ao quantitativo total previsto para a aquisição;**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

5.1.3 – O transporte, frete e fornecimento de materiais será responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.4 - A proposta deverá conter os valores unitários de cada item licitado e valor global correspondente ao quantitativo total previsto para a aquisição.

5.2 – É de inteira responsabilidade dos licitantes o conhecimento das características dos bens e a observação às especificações, de forma a serem atendidas integralmente.

5.3 – Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.4 – A **validade da proposta será de 120 (cento e vinte)** dias consecutivos, contados a partir da data prevista para abertura das mesmas.

5.5 - Para atendimento às determinações contidas no Capítulo V da **Lei Complementar 123/06** e no art. 34 da Lei 11.488/07 (em referência às sociedades cooperativas), o representante deverá **declarar**, no sistema eletrônico e em tela própria, **o tipo do segmento da empresa que representa** (microempresa, empresa de pequeno porte, cooperativa) e que está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 e do Decreto nº 6.204/07 e que não possui quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da citada Lei Complementar.

5.5.1 – **A declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/06 sujeitará o licitante às sanções estabelecidas em lei.

6 – ABERTURA DA SESSÃO

6.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento exigidas.

6.2 - Aberta a **etapa competitiva**, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O Sistema comunicará, imediatamente, aos licitantes, o recebimento, horário de registro e valor do lance.

6.3 - O licitante deverá ofertar lance para o valor total do lote licitado e somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

6.4.1 - O Sistema Eletrônico não aceitará desistência dos lances ofertados.

6.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6 – **A etapa inicial de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.7 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

6.7.1 - A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

6.9 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço utilizado para divulgação.

7 – HABILITAÇÃO

7.1 – Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

7.1.1 - Habilitação jurídica;

7.1.2 - Regularidade fiscal e trabalhista;

7.1.3 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I.

7.2 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à habilitação jurídica e regularidade fiscal, **desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

7.3 – As microempresas e as empresas de pequeno porte, se não tiverem a regularidade fiscal, deverão providenciar a regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da declaração do vencedor do certame. Este prazo é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.4 – As empresas interessadas, que não estiverem cadastradas no SICAF, poderão realizar o seu cadastramento em Unidades Cadastradoras dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG, localizados nas Unidades da Federação.

7.4.1 – A relação dos documentos e os procedimentos necessários para cadastro no SICAF estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>. > **Publicações > Manuais > Manual de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.**

7.5 – A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

7.5.1 - Registro empresarial, em se tratando de empresário;

7.5.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, empresa individual de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

7.5.3 - Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor o documento de constituição da empresa, que deverá estar acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial, ao capital social e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

7.6 – A **regularidade fiscal e trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.6.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.6.2 - Prova de regularidade para com para com Receita Federal por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);

7.6.3 - Prova de regularidade para com as Receitas Estadual, Distrito Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.6.4 - Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", da Lei nº 8.036/90;



JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

7.6.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e conforme a Lei nº 12.440/11.

7.7 - Os documentos exigidos neste edital deverão estar válidos no momento em que forem solicitados pelo Pregoeiro (imediatamente após a realização da sessão de lances) ou a qualquer momento durante toda a realização do Pregão e vigência da Ata de Registro de Preços, salvo no caso das exceções previstas na Lei Complementar nº 123/6 e no Decreto nº 6.204/07.

7.8 - Os documentos exigidos neste Edital deverão ser entregues no original ou em cópia autenticada.

7.9 - Será fixada em 90 (noventa) dias, a partir de sua expedição, a validade dos documentos públicos que não trouxerem esta informação evidenciada.

7.10 - **Não serão aceitos** “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e/ou seus anexos.

7.11 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, exceto as microempresas ou empresas de pequeno porte, na forma prevista na Lei Complementar n.º 123/2006.

7.12 – Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme estabelecido no § 4º art. 25, do Decreto 5.450/05.

8 – ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 - Após o término da sessão de lances, o arrematante deverá enviar por meio eletrônico a proposta completa ajustada ao valor do lance (ou da negociação), a qual será analisada. O prazo para o envio é de duas horas, prorrogável por mais duas mediante solicitação do interessado.

8.2 - **Os documentos de habilitação só deverão ser enviados quando solicitados**, correndo a partir da solicitação o prazo de até 24 horas para o envio eletrônico e de até 3 dias úteis para o envio físico, se necessário.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

8.3 - A proposta e a declaração do Anexo I do Edital deverão acompanhar os documentos de habilitação, no mesmo prazo de até 3 dias úteis acima estabelecido, salvo se inseridas no sítio do licitacoes-e, caso em que não será necessário o encaminhamento físico.

8.4 - O endereço para o envio oportuno dos documentos, ou seja, quando solicitado pelo pregoeiro, é: Rua Desembargador Drumond, 41, 4º andar, Serra - Belo Horizonte/MG - CEP 30.220-030, telefone (31) 3228-7145.

8.5 - Na proposta comercial ajustada ao valor do lance deverá constar a especificação completa dos bens (**marca e modelo**), evitando-se simplesmente copiar a especificação do Edital. Deverão ser informados, ainda, os dados da empresa e do seu representante legal (e documento de procuração, se o representante não for um dos sócios ou do credenciado no licitacoes-e), bem como os dados da conta bancária da empresa para o oportuno pagamento.

8.5.1 - Ao ajustar os preços ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do bem;

8.5.2 - O valor da proposta final ajustada em hipótese alguma poderá ser superior ao valor arrematado.

8.6 – Para envio dos documentos e propostas por meio eletrônico, os licitantes deverão consultar o Manual do Fornecedor, disponível na página inicial do sítio *licitacoes-e* em “*Introdução às Regras do Jogo*”.

9 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 – Para julgamento da proposta, será considerada como **primeira classificada** aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**, apurado conforme planilha de formação de preços constante do **Anexo II** deste edital.

9.2 - **Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas**, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.3 - Quanto ao lote 02, se estiverem participando do certame **microempresas e empresas de pequeno porte**, será observada a disciplina estabelecida nos **artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06**, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 6.204/07. Para o **lote 01** a disputa será **exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte.

9.4 – Serão **desclassificadas** as propostas:



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

9.4.1 - Que não estiverem de acordo com as condições previstas neste edital;

9.4.2 - Que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.4.3 - Que forem manifestamente inexequíveis nos termos do art. 48, II, da Lei nº 8.666/93;

9.4.4 - Que oferecerem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;

9.4.5 - Da licitante que não se dispuser a colaborar com as diligências preliminares, não apresentar a amostra e documentos solicitados, apresentá-los fora do prazo estabelecido ou em desacordo com as especificações ou de forma incompleta;

9.4.6 - Da licitante que não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, **em relação ao Lote 1.**

9.5 - Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando, formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.

9.6 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta.

9.7 - A cada desclassificação o Pregoeiro enviará, via canal eletrônico de comunicação "chat", mensagem suspendendo a sessão e informando o dia e horário em que esta será retomada, para convocação do licitante subsequente.

9.8 - O pregoeiro e equipe de apoio procederão à análise da documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a **proposta mais bem classificada (arrematante)**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.9 - Todas as decisões do Pregoeiro serão precedidas de mensagens, via canal eletrônico de comunicação "chat", informando o dia e horário em que estas serão divulgadas, assim como as convocações tratadas neste instrumento convocatório.

9.10 - **Se a proposta ou o lance mais bem classificado não for aceitável**, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta melhor.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

9.11 – Com relação ao lote 02, deve-se observar a **reclassificação das propostas, para fins de aplicação do direito de preferência**: sempre que houver nova proposta classificada em primeiro lugar, em decorrência de inabilitações ou desclassificações de licitantes anteriores, o pregoeiro procederá à análise de existência de **microempresas e empresas de pequeno porte e de fornecedores que possam exercer o direito de preferência** nos termos do item 9.2.

9.11.1 – Neste caso, a convocada deverá apresentar a nova proposta no prazo de duas horas a contar da convocação.

9.12 – Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será **declarado vencedor**.

9.13 - O Sistema Eletrônico não aceitará desistência dos lances ofertados.

9.14 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

9.15 – Para a formação do **CADASTRO RESERVA**, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 7.892/2013, modificado pelo Decreto nº 8.250/14, poderão ser registrados tantos fornecedores quantos forem interessados, ao preço do primeiro colocado, na sequência da classificação do certame.

9.15.1 – Após a declaração do vencedor, **será aberto o prazo de 24 horas** para manifestação dos interessados em terem os preços registrados, e constarem do cadastro de reserva;

9.15.2 - A manifestação de interesse de que trata o item acima, deverá ser registrada no “chat” de mensagens;

9.15.3 – Para ter o **preço registrado e formação do cadastro de reserva**, os licitantes interessados **deverão reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora**. A **habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva** será verificada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21, conforme previsto no artigo 11, §3º do Decreto nº 7.892/2013.

9.16 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

10 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Será **declarado vencedor do procedimento licitatório** e terá o seu valor proposto registrado o licitante que apresentar a proposta de menor valor ou ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que o objeto cotado atenda às especificações exigidas e esteja dentro do limite do valor estimado.

10.2 – O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2.1 – A **adjudicação** do objeto será **pelo valor total do lote**.

10.3 – Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

10.4 - Em qualquer fase do processo de licitação, sempre que houver discrepância entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários; e, havendo discordância entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os descritos por extenso.

11 - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO

11.1 - Depois de homologado o resultado desta licitação, o TRT – 3ª Região encaminhará ao proponente vencedor a Ata de Registro de Preços para assinatura. A mesma deverá ser devolvida, nas condições e ao endereço indicados pelo Tribunal, devidamente assinada pelo representante legalmente habilitado, com carimbo da empresa em que conste o CNPJ, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto n.º 5.450/05.

11.1.1 – Havendo interesse da Administração, a Ata de Registro de Preços poderá ser encaminhada por meio eletrônico, a ser indicado pelo Tribunal;

11.1.2 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações, quantitativos e condições contidas neste edital e seus anexos.

11.2 – A cada solicitação de fornecimento dos bens, cujos preços estejam registrados, o Tribunal encaminhará ao fornecedor a nota de empenho para assinatura.

11.2.1 – O prazo para devolução da Nota de Empenho com o devido aceite é de até **3 (três) dias úteis** da data do envio, por meio eletrônico, em conformidade com o disposto no art. 64 da Lei n.º 8.666/93;



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

11.2.2 - Caso a devolução da Nota de Empenho não se dê no prazo estabelecido, sem justa causa, o Tribunal convocará os licitantes remanescentes, inclusive os fornecedores registrados nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 7.892/2013, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, estando o adjudicatário sujeito às sanções previstas neste Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Decreto n.º 5.450/05;

11.2.3 – O CONTRATANTE poderá solicitar o fornecimento e emitir Nota de Empenho de parte do quantitativo registrado;

11.2.4 – O recebimento da Nota de Empenho, ainda que fora do prazo de validade da proposta, implicará na plena ratificação de suas condições, para todos os efeitos;

11.2.5 - A nota de empenho de despesa substituirá o termo contratual, nos moldes do artigo 62 da Lei 8.666/93.

11.3 – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos.

11.4 – Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular das condições de habilitação, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recusar-se a assiná-la no prazo e nas condições estabelecidas, é facultado ao TRT – 3ª Região convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.5 – ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE - A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, observando-se que não poderá exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento da quantidade registrada (§ 3º, do art. 22, do Decreto n.º 7.892/13). O quantitativo decorrente das adesões às Atas de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo registrado pelo órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5.1 – O órgão interessado deverá manifestar-se enviando ofício ao Diretor-Geral deste Tribunal;

11.5.2 – O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços optará pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

12 – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

12.2 – Os preços registrados poderão ser revistos, obedecidas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos artigos 17 a 19 do Decreto n.º 7.892/2013.

12.3 – O cancelamento do registro ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 20 e art. 21 do Decreto n.º 7.892/2013, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13 – SOLICITAÇÃO E PRAZO DE ENTREGA DOS BENS

13.1 – É de inteira responsabilidade dos licitantes a observação das especificações dos bens e dos serviços, constantes do edital, de forma a serem atendidas integralmente.

13.2 - O objeto deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias úteis** após a solicitação da CONTRATANTE, por meio de ordem de fornecimento, que poderá ser feita por correspondência, telefone, fax ou e-mail.

13.3 - A entrega relativa aos bens previstos nos **lotes 01 e 02** deverá ser feita na Secretaria de Apoio Administrativo – SEAA do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizada na Rua Desembargador Drumond, 7º andar, Serra, **Belo Horizonte**, MG, ou em outro prédio deste regional localizado nesta Capital, a ser indicado pela CONTRATANTE.

13.4 - A entrega relativa aos bens previstos no **lotes 03** deverá ser feita no Almoxarifado do TRT da 8ª Região, situado na Travessa D. Pedro I, 750, Bairro Umarizal, **Belém**, PA, CEP: 66.050-100.

13.5 - Os materiais deverão ser novos, originais, entregues em perfeitas condições de armazenamento de modo a garantir o transporte adequado e seguro dos materiais, sob pena de não recebimento destes.

13.6 - Os produtos e embalagens deverão ser originais e respeitar o disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008 alterada pela Resolução CONAMA nº **424/2010**.

13.7 - A CONTRATADA deverá substituir às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pelo CONTRATANTE, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos ,ou avarias decorrentes do



JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

transporte responsabilizando-se, integralmente, pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, a entrega do material novo e a retirada do material a ser substituído.

14- RECEBIMENTO DOS BENS

14.1 - O recebimento provisório será feito pelo Fiscal do contrato, imediatamente após o recebimento dos bens, para posterior conferência da conformidade do material.

14.1.1 - Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo da Secretaria de Apoio Administrativo.

14.2 - Os materiais serão recebidos:

- **provisoriamente**, após efetuada a entrega;
- **definitivamente**, em até 5 (cinco) dias após a entrega.

14.2.1 – No caso de inadimplência do licitante, entrega dos bens com especificações diferentes ao ofertado, em desacordo com a requisição, com imperfeições ou quantidades inferiores ao pedido, considerar-se-á o recebimento provisório após a composição total dos bens tais como solicitados.

14.2.2 – O recebimento provisório e o definitivo ficará a cargo da Secretaria de Apoio Administrativo.

14.3 - A aceitação dos materiais vincula-se à qualidade dos produtos apresentados e ao atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e à proposta apresentada.

14.4 - Os materiais deverão ser entregues agrupados por itens e acondicionados de forma que a contagem e a conferência sejam facilitadas.

15 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

15.1 – A CONTRATADA deverá oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação e/ou transporte de materiais;

15.2 – O licitante vencedor ficará obrigado a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais nos quais se verificarem defeitos de fabricação ou avarias, ainda que só detectados quando da sua utilização.

15.3 – A garantia oferecida pela Contratada deverá ser de, no mínimo, 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, para todos os produtos constantes dos lotes 01, 02 e 03, contra todo e qualquer defeito, de material ou de fabricação, que impeça seu funcionamento de



JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

acordo com suas características e/ou especificações, ou por ocorrência de desgastes atípicos que se apresentem durante o período de garantia, sem prejuízo do prazo de validade pré-fixado no produto ou em sua embalagem.

15.4 – A assistência técnica, quando for o caso, deverá ser prestada na região metropolitana de BH.

15.5 – Durante o período de garantia, se houver necessidade de enviar o bem para fora da região metropolitana de Belo Horizonte, para reparo, ficará a cargo da CONTRATADA a coleta e entrega do bem nas dependências deste Regional, em Belo Horizonte.

16 – FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

16.1 - Para os **lotes 01 e 02**, atuará como gestor do contrato o Secretário de Apoio Administrativo e como fiscais os Chefes das Seções de Apoio I, Apoio II e Apoio III.

16.2 – Para o **lote 03**, atuará como gestora do contrato a Chefe da Divisão de Manutenção e Instalações Prediais Maria Dilma Cordeiro Pinto. Como fiscal do contrato, atuará o Assistente de Manutenção da Refrigeração Mozart Machado Pereira.

16.3 - O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

17 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1 - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Edital e seus Anexos.

17.2 - Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

17.3 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

17.4 - Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

17.5 - Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado pela CONTRATADA.

17.6 - Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste edital e notificar a CONTRATADA.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

17.7 - Assegurar o acesso do pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificado, ao local onde devam efetuar a entrega dos materiais, tomando todas as providências necessárias à boa execução das obrigações contratuais.

17.8 - Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

17.9 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

17.10 - Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.

17.11 - Durante a fiscalização do contrato, efetuar, após o efetivo uso, a devida coleta e estoque de todo o material inservível a ser recolhido e descartado posteriormente pela CONTRATADA.

17.12 - Caberá a CONTRATANTE verificar o cumprimento, pela CONTRATADA, dos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis – CSJT, em conformidade com a Resolução nº 103, de 25/05/2012, do CSJT, principalmente no que se refere à logística reversa.

17.13 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

17.14 – Durante a fiscalização do contrato, efetuar, após o efetivo uso, a devida coleta de todo o material inservível, a ser recolhido e descartado posteriormente pela Contratada.

18 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - Fornecer os materiais em quantidades e qualidades indicadas nas especificações deste Termo de Referência, observando o prazo estipulado, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE e na medida em que for solicitado;

18.2 - Entregar os bens no local estipulado, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga;

18.3 - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento dos materiais pelo CONTRATANTE;



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

18.4 - Substituir às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pelo CONTRATANTE, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se, integralmente, pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, a entrega do material novo e a retirada do material a ser substituído;

18.5 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais que não estejam adequados às legislações pertinentes, e os que se verificarem defeitos de fabricação ou avariados, ainda que só detectados quando da sua utilização;

18.6 - Responder civilmente por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, neste caso, a obrigação de reparar o dano ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do material danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento, a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito;

18.7 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

18.8 - Recolher, quando solicitado pela CONTRATANTE, as pilhas e baterias usadas e providenciar o correto descarte dos materiais;

18.9 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.10 - Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, e outros dados do fornecedor, como por exemplo, endereços, telefones e nome de representantes, durante o prazo de vigência do contrato, material como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;

18.11 - Apresentar, sempre que solicitado, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às condições exigidas neste edital;

18.12 - Observar o disposto no Guia de Sustentabilidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, material como a Resolução CSJT nº 103/12, que consistem na adoção de procedimentos que visem à proteção da saúde pública, a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade da produção e consumo, o desenvolvimento de tecnologias limpas pertinentes ao objeto contratado;

18.13 - Observar o estabelecido na Resolução CONAMA nº 401/2008 alterada pela Resolução CONAMA nº **424/2010**.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

18.14 - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a execução do Contrato;

18.15 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;

18.16 - Oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação e/ou transporte do material.

19 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

19.1 – Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

19.1.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de **até vinte e quatro horas**.

19.1.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.

19.3 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 24 (vinte e quatro) horas para manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

19.3.1 – O recorrente terá 3 (três) dias, a contar da manifestação prevista no item anterior, para apresentar as razões do recurso. Findo esse prazo, os demais licitantes terão 3 (três) dias para oferecer as contra razões.

19.4 – A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura de propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.

19.4.1 – A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e amostra, se for o caso, e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste Edital.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

19.5 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.6 – Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

20 – PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital;

20.2 - O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;

20.3 - O pagamento, por meio de ordem bancária, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos bens;

20.4 – O adimplemento da obrigação será em moeda nacional;

20.5 – Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária;

20.6 – Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, arcará com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados de forma simples e *pro rata die*, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPC-A/IBGE, *pro rata die*.

21 – SANÇÕES

21.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

21.2 - Nos termos da Lei 12.846/13, estarão sujeitos à responsabilização objetiva administrativa e civil as pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos previstos na referida Lei contra a Administração Pública, nacional e estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

21.3 - Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

21.3.1 - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do serviço/fornecimento em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste instrumento para os compromissos assumidos;

21.3.2 - multa por inexecução contratual parcial de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, a ser aplicada no atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;

21.3.3 - multa por inexecução contratual parcial de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual;

21.3.4 - multa por inexecução contratual total de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

21.4 – Não havendo prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades pecuniárias referidas neste item poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

21.5 - As penalidades pecuniárias descritas neste edital **poderão ser descontadas** dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, conforme permissibilidade contida na Lei 8.666/93.

21.6 - Serão considerados **injustificados os atrasos** não comunicados contemporaneamente à ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação e indevidamente fundamentados, ficando a critério do Contratante a aceitação das justificativas apresentadas.

22 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1 - Fornecer materiais respeitando o estabelecido na Resolução CONAMA nº 401/2008 alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010.

22.2 - Recolher, quando solicitado pela CONTRATANTE, os materiais usados e providenciar o descarte ambientalmente adequado.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Quando da emissão da **Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento** serão verificados os documentos comprobatórios de situação regular para com a Receita Federal por meio de Certidão Unificada (Portaria MF 358/2014), FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação. Nesta oportunidade também será verificada a situação cadastral junto ao SICAF e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CNJ/CGU).

23.1.1 - Havendo alguma restrição em relação aos documentos acima mencionados, o CONTRATADO será notificado, pela SOR - Secretaria de Orçamento, para regularizar a documentação ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação;

23.1.2 - O prazo para regularização é de até 30 dias, contados da notificação, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato, punível com as sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 e neste Edital.

23.2 – Os proponentes são responsáveis pela fidedignidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.3 – A estimativa de custo do objeto deste pregão encontra-se juntada aos autos, assim como os orçamentos que a balizaram.

23.4 – Para fins judiciais, fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte.

23.5 – São partes integrantes e inseparáveis do presente edital os respectivos anexos.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2015.

Áurea Coutens de Menezes
Secretária de Licitações e Contratos

ANALISADO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA
Portaria 319/2015



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

ANEXO I

DECLARAÇÃO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Esta declaração deverá ser inserida pela empresa arrematante, preferencialmente no sítio www.licitacoes-e.com.br, conforme orientação para inclusão eletrônica de documentos disponibilizada no formulário de orientação ao fornecedor.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS BENS, PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E QUANTIDADES A SEREM REGISTRADAS

Os produtos e embalagens deverão ser originais e respeitar o disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008 alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010.

Planilha contendo a quantidade a ser registrada e o pedido imediato

LOTE 1				
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Aquisição imediata
1	BATERIA Alcalina Tensão: 9 VOLTS Para uso em: Microfones sem fio, áudio-dosímetro, Luxímetro, Termo higro anemômetro luxímetro, Decibelímetro Digital Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	86	43
2	BATERIA LÍTIO CR-2032 Tensão: 3 VOLTS Para uso em: Balança digital, Glicosímetro (Compatível com Aparelho Glicemia Capilar da Onetouch Ultra Mini) Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	18	9
3	BATERIA DIÓXIDO DE LITIO MANGANÊS - Photo Flash 123 A Tensão: 3 V Para uso em: DEA (desfibrilador externo automático) Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	60	30
4	BATERIA LR44 LITIO Tensão: 3 V Para uso em: Paquímetro Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	8	4
5	BATERIA RECARREGÁVEL NI-MH 250 mha Tensão: 9 VOLTS Para uso em: Detector Manual de Metal, Microfone sem fio Acondicionada em embalagem apropriada	UNI	216	108
6	PILHA AA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, Lanterna clínica, Microfone sem fio, Relógio de Parede, Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	352	176
7	PILHA AAA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, lanterna clínica, lanterna comum Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	576	288



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

8	PILHA C Alcalina Tensão: 1,5 v Para uso em: Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	20	10
9	PILHA D Alcalina AM1 LR20, Tensão: 1,5 v Para uso em: Lanternas Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	200	100
10	PILHA AA Recarregável AA NI-MH-2100MHA Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	32	16
11	CARREGADOR DE PILHAS AA, AAA, E BATERIAS 9V, bivolt Acondicionado em embalagem apropriada Capacidade para 2 pilhas AA ou AAA, ou 1 bateria de 9v.	UNI	4	2

LOTE 2				
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Aquisição imediata
1	BATERIA RECARREGÁVEL LITIO COMPATÍVEL COM RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 Tensão: 7,2 V Para uso em: RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 - Acondicionada em embalagem apropriada	UNI	40	35
2	CARREGADOR DE BATERIA DE LITIO/Tensão: 7,2 COMPATÍVEL COM A UTILIZADA NO RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 Acondicionado em embalagem apropriada	UNI	37	35
3	ANTENA PARA RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM MOTOROLA EP 450 Acondicionado em embalagem apropriada	UNI	40	35

LOTE 3				
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Aquisição imediata
1	PILHA AA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, Lanterna clínica, Microfone sem fio, Relógio de Parede, Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	200	--
2	PILHA AAA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, lanterna clínica, lanterna comum Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	300	--



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

LOTE 1					
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	BATERIA Alcalina Tensão: 9 VOLTS Para uso em: Microfones sem fio, áudio-dosímetro, Luxímetro, Termo higro anemômetro luxímetro, Decibelímetro Digital Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	86		
2	BATERIA LÍTIO CR-2032 Tensão: 3 VOLTS Para uso em: Balança digital, Glicosímetro (Compatível com Aparelho Glicemia Capilar da Onetouch Ultra Mini) Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	18		
3	BATERIA DIÓXIDO DE LITIO MANGANÊS - Photo Flash 123 A Tensão: 3 V Para uso em: DEA (desfibrilador externo automático) Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	60		
4	BATERIA LR44 LÍTIO Tensão: 3 V Para uso em: Paquímetro Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	8		
5	BATERIA RECARREGÁVEL NI-MH 250 mha Tensão: 9 VOLTS Para uso em: Detector Manual de Metal, Microfone sem fio Acondicionada em embalagem apropriada	UNI	216		
6	PILHA AA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, Lanterna clínica, Microfone sem fio, Relógio de Parede, Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	352		



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

7	PILHA AAA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, lanterna clínica, lanterna comum Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	576		
8	PILHA C Alcalina Tensão: 1,5 v Para uso em: Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	20		
9	PILHA D Alcalina AM1 LR20, Tensão: 1,5 v Para uso em: Lanternas Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	200		
10	PILHA AA Recarregável AA NI-MH-2100MHA Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	UNI	32		
11	CARREGADOR DE PILHAS AA, AAA, E BATERIAS 9V, bivolt Acondicionado em embalagem apropriada Capacidade para 2 pilhas AA ou AAA, ou 1 bateria de 9v.	UNI	4		
PREÇO TOTAL DO LOTE:					

LOTE 2					
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	BATERIA RECARREGÁVEL LITIO COMPATÍVEL COM RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 Tensão: 7,2 V Para uso em: RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 Acondicionada em embalagem apropriada	UNI	40		
2	CARREGADOR DE BATERIA DE LITIO/Tensão: 7,2 COMPATÍVEL COM A UTILIZADA NO RÁDIO COMUNICADOR MOTOROLA EP 450 Acondicionado em embalagem apropriada	UNI	37		
3	ANTENA PARA RÁDIO COMUNICADOR COMPATÍVEL COM MOTOROLA EP 450 Acondicionado em embalagem apropriada	UNI	40		
PREÇO TOTAL DO LOTE:					



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

LOTE 3					
ÓRGÃO PARTICIPANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região					
Item	Especificação	UNID	Quantidade a ser registrada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	PILHA AA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, Lanterna clínica, Microfone sem fio, Relógio de Parede, Otoscópio Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	200		
2	PILHA AAA Alcalina Tensão: 1,5 V Para uso em: Controle remoto, lanterna clínica, lanterna comum Acondicionada em embalagem apropriada Validade: mínima de 12 (doze) meses (contados a partir da entrega do produto)	PAR	300		
PREÇO TOTAL DO LOTE:					

OBSERVAÇÕES:

- a) Os licitantes deverão fazer seus lances pelo valor TOTAL DO LOTE, apurado conforme planilha acima.
- b) Somente o arrematante deverá encaminhar ao Tribunal a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor do lance, constando as especificações e demais características que o individualize.
- c) Ao ajustar os preços ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.
- d) O valor total do lote, em hipótese alguma, poderá ser superior ao valor do menor lance ofertado pela empresa.



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 23/2015

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PE – 23/2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e a empresa abaixo qualificada, por seus representantes legais, firmam a presente Ata de Registro de Preços, referente ao **Pregão Eletrônico 23/2015** cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição imediata e futura de pilhas, baterias e afins, observadas as especificações, os preços e os quantitativos registrados para eventual fornecimento, bem como as cláusulas e condições estabelecidas no edital convocatório de fls. ---/--- e constantes da proposta comercial de fl.---/---, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, 23 de janeiro de 2013. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura.

LICITANTE:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE: (---) ----- - FAX: (---) ----- -
REPRESENTANTE:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:

LOTE				
Item	Especificação	Unidade	Quantidade Registrada	Preço Unitário Registrado

PRAZO DE ENTREGA:

DA ENTREGA:

GARANTIA/VALIDADE:

UNIDADE FISCALIZADORA:

VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS: até ---/---/---
--

Belo Horizonte, ---- de ----- de 2015

Pelo Tribunal
Regional do Trabalho da 3ª Região

Procurador/Representante
(fornecedor)